

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 53/2013

de 17 de Abril

O Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Infra-estruturas e da Economia Marítima e na qualidade de dono da obra, adjudicou à SOMAGUE e à MSF, associadas em consórcio, a empreitada de “Expansão e Modernização do Porto de Sal-Rei – Fase I”, na ilha de Boa Vista.

No decurso da execução dessa empreitada, e na sequência de uma circunstância de forte agitação marítima, que causou diversos danos no manto de protecção do Quebra-Mar, revelou-se necessário desenvolver um novo estudo de agitação marítima.

Com efeito, após diversos contactos mantidos entre as partes, foi decidido recorrer a uma entidade externa encarregue de desenvolver um novo estudo de agitação marítima, com base no qual se procederia à reformulação do Projecto de Execução do Quebra-Mar.

Em face da necessidade de proceder a esses novos estudos, a empreitada começou por ser parcialmente suspensa, em 23 de Novembro de 2011, nomeadamente quanto à prefabricação de *Acroppodes* e Blocos, até a suspensão na sua totalidade, em 2 de Maio de 2012, com a paralisação dos trabalhos de britagem e de pedreira.

Nesse contexto, as Partes, com vista à mitigação dos efeitos financeiros da suspensão, acordaram num modelo de gestão dos recursos paralisados com vista a uma redução do impacto dos custos de imobilização na empreitada, e, face ao resultado do novo estudo de agitação marítima desenvolvido, houve necessidade de reformular a estrutura do quebra-mar, impondo-se, por conseguinte, proceder a um complemento do financiamento para a prossecução da execução dessa empreitada.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º do Regulamento da Lei das Aquisições Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Autorização

É autorizado o Ministério das Infra-estruturas e da Economia Marítima a realizar as despesas com a Adenda n.º 1 ao contrato da Empreitada “Construção da Expansão do Porto de Sal Rei, 1ª Fase, Ilha de Boa Vista”, no montante de 3.461.956.535\$58 (três mil milhões, quatrocentos e sessenta e um milhões, novecentos e cinquenta seis mil, quinhentos e trinta e cinco escudos e cinquenta e oito centavos).

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Concelho de Ministros 11 de Abril de 2013.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 25/2013

de 17 de Abril

O Decreto-Lei n.º 87/76, de 28 de Setembro, que regulava o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, ao estabelecer no n.º 2 do seu artigo 1º a prestação, em carácter voluntário, do serviço militar por cidadãos nacionais do sexo feminino, acolheu a importância evidente da participação das mulheres nas Forças Armadas, reconhecendo, assim, o papel cada vez mais abrangente assumido pela mulher na sociedade cabo-verdiana, exercendo com sucesso actividades outrora tradicionalmente consideradas próprias do homem.

A introdução do Serviço Militar por mulheres nas Forças Armadas Cabo-Verdianas foi e continua a ser encarada como um fenómeno natural, emergente de uma sociedade que defende e promove o princípio da igualdade e equidade de géneros.

Considerando que o artigo 32º do Decreto-Legislativo n.º 6/93, de 24 de Maio, que regula o Serviço Militar Obrigatório, contempla, em subordinação ao preceito constitucional, a possibilidade de os cidadãos do sexo feminino prestarem serviço voluntário em regime de serviço efectivo normal ou noutras formas de serviço militar decorrentes do recrutamento especial;

Considerando o imperativo legal estatuído no n.º 6 do artigo 154º dos Estatutos dos Militares, aprovados pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2012, de 15 de Novembro, com vista a estabelecer as condições específicas que atendam cabalmente às necessidades das mulheres militares nas situações inerentes à maternidade;

Considerando o imperativo constitucional e a plena assunção do princípio da igualdade, bem como a necessidade de criar um quadro legal claro que permita à mulher uma integração efectiva nas Forças Armadas, em condições de igualdade e de oportunidade.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pelo n.º 3 do artigo 264º da Constituição, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

CAPÍTULO I**Disposições gerais**

Artigo 1º

Objecto

A presente Portaria regula as condições específicas decorrentes da prestação do serviço militar por cidadãos do género feminino.

Artigo 2º

Âmbito

A presente Portaria aplica-se à mulher militar no activo e em qualquer forma de prestação de serviço.

Artigo 3º

Princípio da igualdade

A mulher militar goza dos mesmos direitos, liberdades e garantias reconhecidos ao homem militar e está sujeita aos mesmos deveres, nos termos da Constituição e da lei, designadamente os Estatutos dos Militares.

Artigo 4º

Formação

A mulher militar tem, em igualdade de condições com o homem militar, as mesmas oportunidades de formação, visando a sua valorização humana e profissional, de acordo com os interesses da instituição.

Artigo 5º

Cargos e funções militares

São asseguradas a mulher militar, quando em igualdade de condições com o homem militar, as mesmas oportunidades de desempenhar e de exercer cargos e funções militares.

CAPÍTULO II**Prestação de serviço**

Artigo 6º

Seleção

1. O processo de seleção da mulher que, voluntariamente, se propõe a prestar as diferentes formas de serviço efectivo realiza-se de acordo com os princípios gerais formadores do modelo aplicável para o efeito ao homem.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o modelo ali referido, pode, consoante o caso, ser adaptado por forma a atender às necessidades específicas da mulher, sem, com isso, pôr em causa os princípios de igualdade, de oportunidade e de imparcialidade que devem nortear todo o processo de seleção.

Artigo 7º

Ingresso

As condições específicas de ingresso da mulher militar nas diferentes formas de prestação de serviço efectivo e o desenvolvimento da sua carreira são regulados pelas mesmas disposições estatutárias aplicáveis ao pessoal militar homem, ressalvadas as restrições legais.

Artigo 8º

Escalas de serviço

1. Não há distinção de escalas de serviço entre os militares dos dois géneros.

2. A mulher militar deve prestar todos os serviços orgânicos e ordinários, desde que esteja habilitada para o efeito e não deve ser preterida, salvo em situações devidamente justificadas, nomeadamente a necessidade estrita de pernoitar em instalações próprias não adaptadas.

Artigo 9º

Exercícios e missões militares

Cabe às Forças Armadas garantir a satisfação das necessidades logísticas específicas da mulher militar quando em exercícios e missões militares.

Artigo 10º

Área de acesso

O acesso às áreas consideradas de utilização exclusiva de militares de um dos géneros por militares do outro género fica limitado a razões estritas de serviço, devendo, neste caso, ser garantido o respeito pelo sentimento de pudor dos utentes.

Artigo 11º

Revista individual

A revista à mulher militar, nas dependências das instalações militares, só pode ser realizada por militar do mesmo género, e caso não for possível, por militar do género masculino desde que não colida com o seu normal sentido de pudor.

Artigo 12º

Provas de aptidão física

As provas de aptidão física são reguladas em diploma próprio e devem respeitar rigorosamente as características físicas das mulheres.

Artigo 13º

Acesso à prática desportiva

À mulher militar devem ser assegurada plenas condições de acesso à prática desportiva, como factor de integração, disciplina e desenvolvimento físico e mental.

CAPÍTULO III**Regime de protecção da maternidade**

Artigo 14º

Âmbito de aplicação

As normas constantes do presente capítulo aplicam-se à mulher militar dos Quadros Permanentes e em Regime de Contrato, em efectividade de serviço, que ficar grávida.

Artigo 15º

Exclusão de âmbito

1. À mulher militar que ficar grávida enquanto estiver a prestar Serviço Efectivo Normal não se aplicam as disposições do presente capítulo.

2. A mulher militar na situação referida no número anterior é passada imediatamente à situação de licença registada, sem prejuízo de lhe ser garantida, nos estabelecimentos de saúde militar, a devida assistência médica durante o período da gravidez e até 1 (um) ano após o parto.

Artigo 16º

Protecção na maternidade

1. A mulher militar, uma vez comprovada clinicamente a gravidez, deve comunicar o facto directamente ao seu superior hierárquico.

2. À mulher militar grávida é assegurada, nos termos dos artigos seguintes, protecção no serviço por forma a não prejudicar a gestação.

Artigo 17º

Direitos da mulher militar grávida

Durante o período de gravidez e até 1 (um) ano após o parto, são assegurados à mulher militar, dentre outros, os seguintes direitos:

- a) Licença para consulta pré-natal, devendo apresentar o documento comprovativo da consulta médica;
- b) Dispensa para amamentação, nos termos da lei;
- c) Dispensa de escala de serviço de guarda;
- d) Dispensa para a realização das consultas, nos termos do artigo 23º;
- e) Uso de uniforme adequado à sua situação, a partir do terceiro mês de gestação;
- f) Não ser colocada no serviço, treino ou instrução, quando, por aconselhamento médico, a sua saúde ou a do seu filho possa correr riscos;
- g) Não ser, durante a gravidez, designada para serviço que exija esforço físico desproporcional, exposta a radiações, a substâncias químicas, a calor ou frio excessivo, barulho, poeira ou gases nocivos à sua saúde ou à saúde do seu filho;
- h) Não prestar serviços em área onde possa ficar exposta à contracção de doenças;
- i) Não ser submetida a exercícios físicos sem orientação médica; e
- j) Ser observadas outras prescrições constantes do documento médico adequado.

Artigo 18º

Licença por maternidade

À mulher militar é concedida licença por maternidade nos termos da lei.

Artigo 19º

Gozo de licença por maternidade

1. A licença por maternidade é concedida por 60 (sessenta) dias, a serem gozados consecutivamente a seguir ao parto, salvo situação de risco prevista no número seguinte.

2. Em caso de situações de risco clínico que imponha o internamento hospitalar, à licença por maternidade acresce um período anterior ao parto, pelo tempo indicado no documento médico adequado.

3. Nas situações referidas no número anterior, o período de licença a seguir ao parto pode, ainda, ser aumentado, pelo serviço ou unidade a que pertence a mulher militar, por mais 15 (quinze) dias, no máximo, se as condições de prestação de serviço assim aconselharem.

Artigo 20º

Interrupção da gravidez

Em caso de interrupção da gravidez a mulher militar tem direito à dispensa por período prescrito no documento médico.

Artigo 21º

Efeitos da licença em caso de nomeação ou posse

A mulher militar que deva assumir nomeação ou tomar posse de um cargo durante o período de licença por maternidade fá-lo-á quando este terminar, produzindo aquele acto todos efeitos, designadamente no que respeita ao vencimento e à antiguidade a partir da data da publicação do respectivo despacho de nomeação ou posse.

Artigo 22º

Efeitos da licença em estágios ou cursos de formação

O exercício do direito à licença por maternidade não prejudica o tempo de estágios, internatos ou cursos de formação já realizados ou frequentados, sem prejuízo do cumprimento do tempo em falta para completá-los.

Artigo 23º

Dispensa para consultas

1. À mulher militar grávida é concedida dispensa de trabalho para efectuar as consultas pré-natais pelo tempo e número de vezes necessários e justificados, mediante apresentação do documento comprovativo junto do serviço ou unidade a que pertence.

2. Para o efeito do disposto no número anterior, a preparação para o parto é equiparada a consulta pré-natal.

Artigo 24º

Faltas para assistência a filho doente

1. À mulher militar é assegurado o direito de prestar, durante o tempo necessário para o efeito, assistência inadiável e imprescindível a filho doente.

2. Para efeito do estipulado no número anterior, a mulher militar deve apresentar o documento comprovativo junto do serviço ou unidade a que pertence.

Artigo 25º

Dispensa para amamentação

1. A mulher militar tem direito à dispensa para amamentação nos termos da lei geral.

2. As Forças Armadas, na medida das suas possibilidades, criarão condições que permitam a efectividade da dispensa para amamentação.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 26º

Aplicação das medidas

A aplicação das medidas consagradas na presente Portaria efectiva-se sem perda de quaisquer direitos e garantias consagrados na lei, salvo os especialmente previstos.

Artigo 27º

Salvaguarda de normas mais favoráveis

O disposto na presente Portaria não prejudica os direitos emergentes das normas mais favoráveis constantes noutros diplomas legais.

Artigo 38º

Entrada em vigor

A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, na Praia, aos 12 de Abril de 2013. — O Ministro, *Jorge Homero Tolentino Araújo*